>>> Continuação>>>



COTRIJUI – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA & INDUSTRIAL – EM LIQUIDAÇÃO

CNPJ 90.726.506/0001-75 - NIRE 43400000321

Contábeis, conforme o trecho abaixo transcrito

"Premissa subjacente Continuidade

3.9 As demonstrações contábeis são normalmente elaboradas com base na suposição de que a entidade que reporta está em continuidade operacional e continuará em operação no futuro previsível. Assim, presume-se que a entidade não tem a intenção nem a necessidade de entrar em liquidação ou deixar de negociar. Se existe essa intenção ou necessidade, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em base diferente. Em caso afirmativo, as demonstrações contábeis descrevem a base utilizada." Ressalte-se que, em 5 de março de 2021, o Comité de Pronunciamentos Contábeis apro-vou o Pronunciamento Técnico CPC Entidades em Liquidação o qual, após sua vigência:

"deve ser adotado por toda entidade em líquidação, seja líquidação voluntária, líquidação por entidade reguladora, líquidação extrajudicial, líquidação judicial, autofialéncia, falência, insolvência civil e qualquer outra forma de líquidação que lei ou regulamento venha a

definir, independentemente de qual norma estava sendo seguida pela entidade antes de entrar em processo de liquidação".

Referida norma foi convalidada pelo Conselho Federal de Contabilidade na NBC TG 900 que produz seus efeitos em 1º de junho de 2021, sendo sua adoção permitida a partir de 1º de janeiro de 2021, a não ser em casos de exigência específica diversa, de origem regulatória ou judicial.

Tendo em vista a interposição de recursos com efeito suspensivo, as disposições do Pro-nunciamento Técnico CPC Entidades em Liquidação ainda não aplicáveis à COOPERATIVA por não possuir plano de liquidação aprovado com remota possibilidade de interrupção

por terceiros. Desta forma, atendo-se às normas vigentes para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, no antes mencionado Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e diante da impossibilidade de aplicação plena do Pronunciamento Técnico CPC Entidades em Liquidação, a Administração utilizou seu julgamento, adaptando as práticas contábeis da COOPERATIVA às circunstâncias.

As bases de preparação resultantes do julgamento da administração da COOPERATIVA

a) Base de mensuração

Em condições de continuidade operacional, os ativos de uma determinada entidade pode ser mensurados por critérios como custo histórico, valor de realização líquido ou valor justo, conforme o caso. A recuperabilidade dos ativos deve ser constantemente monitorada pela entidade, de modo que nos casos em que se apresentarem evidências consistentes da não recuperabilidade de determinados ativos, a entidade reconhece um ajuste no valor

dos ativos respectivos. No cenário de liquidação, a Administração entende que, conservadoramente, deve partir da premissa de que é necessária a existência de indícios claros de recuperabilidade para que um ativo seja mantido na contabilidade. Dessa forma, foram reconhecidas provisões por perda no valor de recuperabilidade no caso de ativos para os quais a Administração não conseguiu estimar com confiabilidade a probabilidade de recuperação mediante a geração

de caixa pela venda, ou em último caso, pelo uso no curto prazo.

b) Mensuração de passivos onerosos
Na mensuração dos passivos de COPERATIVA, a Administração atentou para a existência de eventuais desembolsos referentes a custos que a COOPERATIVA poderá ter em função do término de contratos, o que pode incluir por exemplos custos pelo fechamento de estabelecimentos, custos de demissão de empregados, custos de rompimentos de contrato.

co Ordem e forma de apresentação de passivos.

Os passivos da COOPERATIVA e suas controladas que integram a lista de credores estão apresentados em função do tipo de credor, por ordem de preferência, considerando os aspectos jurídicos inerentes ao processo de liquidação.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da COOPERATIVÁ.

e) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com IFRS e práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os reflexos decorrentes de modificações nas estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. 5.3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas adotadas na preparação das Demonstrações Financeiras foram as

seguintes:
a) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, que para fins dessas demonstrações contábeis são aquelas que não são realizadas na moeda local (Reais), são convertidas pela taxa de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento de cada final de mês. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio vigente nas datas das transações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e disponibilidades bancárias, todos com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das

obrigações de curto prazo.

Dentre esses saldos, inclui-se o saldo mantido em agente fiduciário (empresa de *factoring*) decorrente de recebimento de recursos pagos por terceiros e que ainda não haviam sido repassados à COOPERATIVA na data da elaboração de suas demonstrações financeiras.) Instrumentos financeiros

ý Ativos financeiros A COOPERATIVA não possui aplicações financeiras ou instrumentos financeiros derivativos.

ii) Empréstimos e recebíveis
 iii) Empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e empréstimos com partes relacionadas. São ativos financeiros com recebimentos fixos ou calculáveis que não

são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer

medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O valor dos empréstimos e recebíveis está ajustado para reconhecer a recuperabilidade dos referidos ativos, em função das expectativas da Administração dadas as informações disponíveis na data de emissão das demonstrações contábeis.

iii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a COOPERATIVA se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos palo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

nedidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A COOPERATIVA baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais

retiradas, canceladas ou quitadas. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2021, os passivos financeiros não derivativos da CO-OPERATIVA estavam representados por empréstimos e financiamentos, fornecedores e empréstimos com partes relacionadas, todos atualizados em função das informações dispoempresamos com partes reactoriadas, notos atualizados em minado das minimações dispo-níveis na data de emissão das demonstrações contábeis, incluindo dispositivos contratuais quando foi possível a identificação dos contratos respectivos, e estimativas de atualização com base na jurisprudência aplicável nos casos em que contratos não estavam disponíveis. d) Créditos Operacionais Os demais recebíveis da COOPERATIVA, incluido conta corrente com associados, foram bieta do arbitio de servance bilidada (incluido a que contra com caso a como de como a contra com associados, foram

objeto de análise de recuperabilidade (inclusive no que se refere ao prazo de recuperação), e para os casos em que não há evidência consistente de que os créditos serão recuperados, créditos foram provisionados.

e) Estoques

e) Estoques
Os estoques se encontram avaliados com base no preço médio de compra, líquido de impostos recuperáveis. Para os casos em que não há evidência consistente de que os estoques serão recuperados, foram eles provisionados.

f) Impostos a recuperar

Os créditos decorrentes de impostos a recuperar foram avaliados em função de expectativa de sua recuperabilidade. Nos casos em que é possível e legalmente permitida a compensação desses créditos com os débitos de natureza tributária que figuram no passivo da COOPÉRATIVA, e mesmo em casos em que tal compensação cocrre de oficio, os respectivos saldos contábeis são apresentados de forma compensada, sendo tais casos detalhados em nota explicativa. Para os casos em que não há evidência consistente de que os créditos serão recuperados,

a Administração reconheceu uma provisão em razão da não recuperabilidade dos créditos. 9) Ativos anteriormente trad<mark>ados como de longo prazo</mark> Dada a situação da COOPERATIVA, a Administração avalia a chance de recuperação dos

ativos realizáveis a longo prazo, componentes de seu ativo não circulante. Para os casos em que não há evidência consistente de que os créditos serão recuperados, a Administração reconheceu uma provisão para não recuperabilidade dos créditos.

h) Propriedades para Investimento

opriedades para investimento são as propriedades imobiliárias mantidas para obtenção de receita de aluquel ou para valorização de capital (ou para ambos), mas não para venda no curso dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades para investimento são avaliadas ao valor justo, levando em consideração

as estimativas de recuperação do valor monetário dos bens por meio de venda, em função do contexto da COOPERATIVA. o contexto da COPERATIVA.

O valor das propriedades para investimento da COOPERATIVA apresentado nas suas de-monstrações contábeis constitui a melhor estimativa de que a Administração dispõe quanto

ao valor de mercado dos referidos bens, de acordo com a opinião de périto que elaborou avaliação considerando as normas técnicas aplicáveis à avaliação Cabe destacar que o valor de venda apurado pelos avaliadores não necessariamente reflete

com precisão, o valor que seria obtido caso os ativos fossem colocados todos à venda uma vez que em uma negociação de venda os preços podem sofrer alterações conforme as demandas de mercado e as circunstâncias de momento. Isso sem falar na perspectiva

de alienação judicial através de leilão.

i) Participações Societárias
As participações societárias da COOPERATIVA, por meio das quais ela detém o controle direto e indireto de empresas, foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, incluindo provisão para perdas quando o patrimônio líquido das controladas for negativo. No processo de determinação do valor do investimento, a Administração aplicou de forma consistente nas empresas controladas as mesmas práticas contábeis e bases de mensuração utilizadas nas demonstrações financeiras individuais da COOPERATIVA.

 j) Imobilizado
 Os itens que compõem o ativo imobilizado da COOPERATIVA e não se qualificam como propriedades para investimento são avaliados inicialmente ao custo histórico, possivel-mente acompanhado de resultados de reavaliação anteriores a 31 de dezembro de 2007, quando a adoção de normas contábeis internacionais no Brasil proibiu o reconhecimento de reavaliações na contabilidade.

Os itens que compõem o ativo imobilizado da COOPERATIVA e não se qualificam como propriedades para investimento foram objeto de reconhecimento de provisão para perda no valor recuperável, em sua integralidade, tendo em vista que tais bens não serão recuperados pelo uso em atividades operacionais. k) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Administração avaliou, tendo como base as opiniões dos advogados da COOPERATIVA, os prognósticos associados a processos administrativos e judiciais dos quais a COOPERATIVA figura no polo passivo. Passivos são reconhecidos sob a forma de provisões nos casos em que o prognóstico de perda é provável e é possível a realização de estimativa confiável do

montante do desembolso esperado para liquidar a obrigação correspondente. A COOPERATIVA, em função das normas contábeis aplicáveis, não reconhece um passivo, limitando-se a divulgar informações em notas explicativas, para os demais casos, nos vo, imitariot-se a dividigal informações en ribuda explicativas, para os definais casos, noi quais o prognóstico de perda é apenas possível, ou quando apesar de provável, não se pode estimar com confiança o valor do desembolso necessário para liquidar a obrigação. Na identificação e mensuração de provisões, a Administração levou em consideração as opiniões emitidas pelos advogados da COOPERATIVA quanto aos prognósticos de causas em discussão administrativa e judicial e quanto à estimativa do valor da causa. Dessa forma, as referidas provisões estão consideradas pela melhor estimativa possível tendo em vista as informações disponíveis à época da elaboração das Demonstrações Contábeis.

Contábeis

No mesmo sentido, a COOPERATIVA não reconhece ativos contingentes em suas demonstrações contábeis. Ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de umo un mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis.

Se for praticamente certo que ocorrerá uma entrada de beneficios econômicos, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a entidade divulga o ativo contingente em nota explicativa.

1) Reconhecimento das Receitas

I) Reconnecimento das Receitas
Todas as modalidades de vendas praticadas pela COOPERATIVA são reconhecidas no
momento da transferência dos riscos e benefícios significativos de propriedade dos bens
vendidos, momento que usualmente coincide com o momento da emissão da nota fiscal

de venta.

A Administração optou por não aplicar os procedimentos requeridos pelo Pronunciamento
Técnico CPC 48 - Instrumentos Financeiros, vigente a partir de primeiro de janeiro de 2018,
e que demandaria que fosse reconhecida provisão para devedores duvidosos em momento concomitante ao reconhecimento da receita de vendas e do correspondente recebível originado, em função das expectativas estatísticas de perda, com base no histórico de transações da COOPERATIVA.

tralisações de OCOPERATIVA.

Tal decisão decorre da ponderação do custo de estimativa de tais valores, e do fato de que os recebíveis em aberto em 31 de dezembro de 2020 e de 2021 estão avaliados considerando sua expectativa de recuperabilidade, de modo que não há diferença em termos de saldos apresentados no Balanço Patrimonial e os saldos que seriam apresentados com a

aplicação da referida regra.

m) Regime de Escrituração

ni) reginie de Escrituração
As transações que afetaram a situação patrimonial e o resultado do exercício da COOPERATIVA foram contabilizadas com base no regime de competência, conforme requerido
pelas normas contábeis aplicáveis. A aplicação desse regime implica no reconhecimento dos ingressos, dispêndios, receitas, custos e despesas quando percebidas ou incorridas, dentemente de seu recebimento ou pagamento.

n) Ajuste a Valor Presente
 O ajuste a valor presente, co

n) Ajuste a valor Presente O ajuste a valor presente, conforme previsto na NBC TG 12 do CFC, não foi calculado em razão de que os créditos e obrigações que não se apresentam atrelados contratualmente (indexados) a algum indice de atualização, não se apresentarem significativos no contexto das demonstrações financeiras. o) Adiantamento de Clientes of Adamamento de Crieries

As operações de adiantamento de clientes são registradas no passivo, refletindo a obrigação referente a arrendamentos recebidos antecipadamente pela COOPERATIVA.

Tais transações são reconhecidas como receitas somente quando ocorre a efetiva entrega,

quando também são apropriados os custos correspondentes e finalmente é possível apurar lucro incorrido na transação correspondente. p) Custo dos Empréstimos
 Os encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos são registrados integralmente

como despesas financeiras no resultado do exercício, não havendo ocorrência de encargos financeiros vinculados aos empréstimos e financiamentos captados para a aquisição ou construção de bens do ativo imobilizado, situação que implicaria na agregação desses dis-

pêndios financeiros aos custos dos ativos aos quais o custo de financiamento está vinculado. q) Imposto de Renda e Contribuição Social q) imposto de kenda e Contribuição Social A existência de significativos prejuízos operacionais, incluindo presença de resultado negativo nas operações com terceiros, resultam em prejuízo fiscal nas operações da COOPERATIVA. Como não há expectativa de lucros tributáveis futuros, não é reconhecido o crédito tributário em função desses prejuízos fiscais, que poderiam ser utilizados para compensação com imposto devido caso a COOPERATIVA tivesse lucro tributável, observados os limites legais.

Está sendo realizado trabalho de verificação dos prejuízos fiscais de exercícios anteriores ao início da administração judicial, para que se tenha informações confiáveis sobre o saldo total de prejuízos fiscais da COOPERATIVA e de suas controladas. continua na próxima página >>> 6. Quadros Analíticos 6.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Abaixo estão demonstrados os saldos de disponibilidades por empresa. Destaca-se que os valores não estão alocados em aplicação financeira devido à situação de constantes penhoras e bloqueios judiciais vivida. Os recursos acumulados evidenciados na tabela serão utilizados no curso do ano-calendário 2022 para liquidação de exigibilidades correntes.

valores em R\$				
Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Caixa	81.843	793.287	0	875.130
Banco	40.277	2.420.180	9	2.460.465
Agente Fiduciário	3.389.573	0	0	3.389.573
Total	3.511.693	3.213.467	9	6.725.168

6.2. Contas a Receber

Os saldos das contas abaixo representam valores a receber de Clientes não Cooperados, em função das operações da COOPERATIVA. Os referidos recebíveis foram objeto de análise por parte da Ádministração, quanto à sua expectativa de recuperabilidade, sendo registrada uma provisão para os créditos nos quais a liquidação não pode ser esperada com confiança.

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Duplicatas a Receber Geral	7.588.622	5.158.697	71.993	12.819.311
Depósito a Identificar	(54.254)	(684)	0	(54.938)
Valores em Processos	(698.613)	Ò	0	(698.613)
Cartões de Crédito	0	16	0	16
Cheques em Cobrança Geral	0	1.182.399	0	1.182.399
Cheques para Fornecedores	0	655.048	0	655.048
(-) Prov. Devedores Duvidosos	(5.519.527)	0	0	(5.519.527)
(-) Perdas Est Cred Liquid Duvid Dp	0	(209.362)	(62.962)	(272.324)
(-) Perdas Est Cred Liquid Duvid Cheq	0	(116.610)	0	(116.610)
Total	1 316 228	6 669 504	9 031	7 994 763

6.3. Associados a Receber
Os saldos das contas abaixo representam valores a receber de cooperados, em função das operações da COOPERATIVA. Os referidos recebíveis foram objeto de análise por parte da Administração, quanto à sua expectativa de recuperabilidade, sendo registradas provisões para os créditos nos quais a liquidação não pode ser esperada com confiança.

valores em R\$				
Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Conta Corrente Devedor/Adiant.	12.726.065	0	0	12.726.065
Conta Confissão de Dívida	38.667.398	0	0	38.667.398
Convenio Banrisul	33.602	0	0	33.602
Duplicatas de Associados	2.823.861	0	0	2.823.861
(-) Prov. Devedores Duvidosos	(2.823.861)	0	0	(2.823.861)
(-) Atualização Lista de Credores	(1.523.613)	0	0	(1.523.613)
Total	49.903.453	0	0	49.903.453

A Confissão de divida diz respeito a contratos que os associados negociaram ou até renegociaram sobre grãos, securitização, CPR-Cédula de Produtor Rural e Insumos. Em suma, trata-se de produtos comprados da COOPERATIVA e não pagos pelos adquirentes. cesso de cobrança atualmente realizado, além de ingresso na via ju envidados esforços no sentido de visitar pessoalmente os associados para verificação e

Conta

regularização de pagamentos. 6.4. Adiantamento a Fornecedores Os saldos desse grupo em 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte composição: valores em R\$ Cotrijui 672 282

Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Iotai
Adiantamento a Fornecedores	672.282	84.568	0	756.850
Total	672.282	84.568	0	756.850
6.5. Estoques Composição dos estoques no er em valor financeiro (R\$): valores em R\$	ncerramento do	exercício en	n 31 de dezemb	oro de 2021,

Redecop Cotriexport

Conta
Estoques de Mercadorias
Mercadorias em Consignação Redecop 8 081.969 Cotriexport Cotrijui 427,214 53.678 Mercadoria em Poder de Terc stoque de Terceiros

No curso do ano calendário 2022 será iniciado trabalho de verificação dos valores dos estoques de almoxarifado, que podem resultar na baixa de valores a ser reconhecida nas demonstrações contábeis dos próximos períodos.

Rua das Chácaras, 1513 – 98.700-000 - IJUÍ- RS

6.6. Impostos a Recuperar Quanto aos créditos de natureza tributária, apresenta-se abaixo a sua composição analítica

valores em R\$ Conta Cotrijui Redecop Cotriexport Total 59.490. ICMS a Recupe) Conta Red. ICMS Processo (59.365.292) 0 (59.365.292 ÌRÉ a Recupera 81.600 PIS a Recuperar 819.554 29.003 867.418 COFINS a Recuperar PIS/COFINS, CSLL a Recuperar 3.477.790 86.877 130.731 3.695.399 225.045 4.241 229.286 ICMS ST Sub-Apuração a Recup. 0 107.712 IRPJ a Recupera 107.712 SLL a Recuperar 4.729.211 253.667 168.947 5.151.825

Total 4.729.211 253.667 168.947 5.151.825

Em relação ao PIS e à Cofins a recuperar, a COOPERATIVA está realizando a reapuração desses tributos com o objetivo de identificar eventuais ajustes no valor a recuperar, bem como preparar retificações das Declarações de apuração desses tributos (EFD-PIS/Cofins). No que diz respeito ao ICNA, a COOPERATIVA registrou por meio de Nota Fiscal de entrada um crédito no valor de R\$ 59.365.292 referente à ação judicial transitada em julgado em favor da COOPERATIVA a qual tratou da não-incidência de ICMS na transferência interestadual de mercadores entre filiais. Destaque que o referido crédito foi registrado com base em parecer enviado à Administração pelo procurador da COOPERATIVA na ação, Dr. Juliano Lopes Garcia (OAB/RS 61.820), no dia 16 de fevereiro de 2018, em decorrência da ação judicial número 001/1.09.0166523-5.

No entendimento da Administração Judicial, não há expectativa confiével de recuperabilidade desse ativo, uma vez que de demandaria compensações de tributos e até mesmo a serem abatidos dos débitos apurados nas operações. Ocorre que, em vista da descontinuidade das operações, não se vislumbra contrapartida para que esse crédito seja aproveitado. Dessa forma, o valor do referido crédito foi anulado pelo uso de conta redutora.

6.7. Outros Ativos - Curto Prazo

6.7. Outros Ativos - Curto Prazo Os saldos desse grupo em 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte composição:

valores em R\$

Conta

Adiantamento a Empregados
Cheque em Cobrança Geral Total (1.617.933) (1.666.545) 118 708 BSBIOS 4.758.099 4.758.099 rêmios de Seguros Impostos Municipais 16.051 26.753 50.414 Convênios Total 4.946.432 (1.639.365)

Total 4.946.432 (1.639.365) 26.753 3.333.820

O crédito da BSBIOS decorre da informação dos advogados da COOPERATIVA de que os móveis adjudicados por aquela superariam o valor devido por esta. No que diz respeito ao crédito existente em 2017 em favor da BSBIOS INDUSTRIA E COMERCIO DE BIODIESEL SUL BRASIL S/A, no valor de R\$ 14.795.000,00, seu saldo foi líquidado em razão da divida estar sendo executada nos autos da Execução nº 016/1.14.0004944-8, onde tramita ação Revisional nº 016/1.18.003803-6, onde se sustenta que:
a) abatendo-se a doivida as quantias de R\$ 205.000,00 (compensação) e de R\$ 30.680.127,84 (adjudicação);
b) afastando-se a cobrança, a título de correção monetária/remuneração, do CDI, apurado e divulgado pela CETIP, e fixando-se como índice de correção monetária, o IGP-M; c) reduzindo-se a multa moratória de 20% para 10% sobre o valor corrigida - juros moratórios (como pleiteado nos autos dos Embargos à Execução nº 016/1.14.000591-8);
d) acrescendo-se juros moratórios de 6% a.a., sobre o valor corrigido e sem capitalização; e e) acrescendo-se juros remuneratórios de 3,5%a.a., sem capitalização.
6.8. Depósitos Judiciais
Os saldos desse grupo em 31 de dezembro de 2021 apresentam a seguinte composição: valores em R\$

valores em R\$				
Conta	Cotrijui	Redecop	Cotriexport	Total
Depósitos Judiciais	0	1.726.536	0	1.726.536
Bloqueios Judiciais	0	1.774.427	0	1.774.427
Depósitos Judiciais Leilão	886.809	16.000	0	902.809
Total	886.809	3.516.963	0	4.403.772

6.9. InvestimentosA COOPERATIVA possui 99,99% do capital social da Transcooper, a qual, por sua vez, detém 99,80% do capital social da Pacpart Participações. A Pacpart, por fim, detém controle de 99,75% da TRR, 98,80% da UBC, 99,25% da Redecop e 99,98% das ações da Cotriexport. 39,10 da 1 N.V., 30,00 va do CO., 39,20 va execució e 39,30 va sa aques da Colhepola As únicas controladas com ativos e passivos expressivos, para as quais são contabilizados investimentos avaliados por equivalência patrimonial são a Redecop e a Cotriexport. Os valores decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial relativamente à avaliação da Cotriexport pelo método de equivalência patrimonial, considerando que ovalores devidos pela Cotriexport à Cotrigiu foram integrados ao cálculo da equivalência patrimonial do investimento, visto não se tratar de divida operacional. No que se refere acontrolada Bodoros o valore destruidad se patrimonia (la unide dou catom à controlada fora con catom de controlada de controlada de controlada de controlada se valor rescribido de su controlada (la unide dou catom à controlada de controlada de controlada de controlada controlada con controlada controlada controlada controlada con controlada controlada con con controlada con con controlada con controlada con controlada con controlada con cont controlada Redecop, o valor negativo de seu patrimônio líquido deu origem à contabilização

de uma provisão para perdas em investimentos. Esses valores e o resultado de equivalência patrimonial apurado pela COOPERATIVA estão representados no quadro abaixo. valores em R\$ Conta **Cotrijui** 35.064.699 Redecop Cotriexpor Total 35.064.800 Transcooper 10.826 195.611 1.324.583 Bansicredi 1.118.146 Cresol Investimentos Ativos (3.943) **36.178.902** 19.870 **36.409.253** 23.814 **219.526** 10.826 (-) Provisão Perda - Redecop (Passivo)

Total (41.646.418) (5.467.516) (41.646.418) (5.237.165)

219.526

Resultado de Equiv. Patrimonial	
Redecop	(2.278.654)
Cotriexport	(438.287)
Total	(2.716.941)

6.10. Propriedades para Investimento e ImobilizadoEm razão das atribuições como Administradores e Liquidantes, cumpre destacar que uma das primeiras medidas tomadas pela Administração Judicial ao assumir a COOPERATIVA foi a de identificar e garantir a integridade de seus bens. Em consequência disso, combina do com a insuperável dificuldade de caixa, não houve alternativa à Administração Judicia ou una a de arrendar seus imóveis. Com o arrendamento de suas principais unidades de grãos e do frigorífico de São Luiz Gonzaga, a COOPERATIVA deixou então de ter atividades operacionais nessas unidades. A única situação na qual bens imóveis podem ser reconhecidos pelo seu valor de mercado

ocorre no caso de propriedades para investimento, que são bens imóveis mantidos para geração de renda (via locação ou arrendamento) ou valorização imobiliária. Esse é o caso dos bens da cooperativa devido à cessação de suas atividades operacionais.

dos bens da cooperativa devido à cessação de suas atividades operacionais. Assim, o administrador judicial contratou periti especializado e independente para realizar a identificação física e avaliação do valor de mercado dos bens. Em paralelo foram realizados esforços de identificação dos documentos e títulos de propriedade dos referidos bens. O valor de avaliação conforme laudo emitido pelo avaliador independente foi reconhecido na contabilidade da Cooperativa, de acordo com as práticas contábeis aplicadas no Brasil. Do ponto de vista contábil, a utilização de bens de sua propriedade com finalidade que não seja operacional enseja classificação contábil diversa para esses bens, que deixam de ser Ativos Fixos e passam a ser Propriedade para Investimento. Tal determinação decorre do disposto no Pronunciamento Técnico CPC 28 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

oisposto no Profunciamento Tecnico CPC 28 do Comite de Profunciamentos Contabels. De acordo com o referido pronunciamento, são exemplos de propriedade para investimento: a) terrenos mantidos para valorização de capital a longo prazo e não para venda a curto prazo no curso ordinário dos negócios; b) terrenos mantidos para futuro uso correntemente indeterminado (se a entidade não tiver determinado que usará o terreno como propriedade ocupada pelo proprietário ou para venda a curto prazo no curso ordinário do negócio, o terreno é considerado como mantido para valorização do capital);

per la visibilizada de deplicaria, per la visibilita de un entidade (ou ativo de direito de uso relativo a edificio mantido pela entidade) e que seja arrendado sob um ou mais arrendamentos operacionais; d) edificio que esteja desocupado, mas mantido para ser arrendado sob um ou mais arréndamentos operacionais: e) propriedade que esteja sendo construída ou desenvolvida para futura utilização como

propriedade para investimento. Devido ao fato de que COOPERATIVA e sua controlada COTRIEXPORT não terem mais

atividades operacionais desde fevereiro de 2018, os imóveis que estavam classificados no Ativo Imobilizado foram integralmente reclassificados para o grupo de Propriedade para Investimento. Ainda durante o exercício de 2017, a antiga Administração da COOPERATIVA contrator

empresa especializada para realização de uma avaliação de seus ativos imobilizados. O valor total dos ativos imobilizados após a referida avaliação foi de R\$ 1.147.013.020, porén Independentemente da discrepância significativa entre o valor contábil dos bens do imobili-zado em 2017 e o valor da avaliação acima mencionada, não era possível o reconhecimento de reavaliação de bens do ativo imobilizado em 2017. Isso ocorre em função de as práticas contábeis brasileiras adotadas desde o processo de convergência com as normas contábeis internacionais que iniciou em 2007 por meio da Lei nº 11.638/2008, notadamente vedam expressamente o reconhecimento de reavaliação de bens do ativo imobilizado. Conforme nota ao PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO, a reavaliação de **Total** 756.850 bens tangíveis e intangíveis não é permitida no Brasil devido às disposições contidas na Lei n.º 11.638/2007, que alterou a Lei n.º 6.404/1976. O último momento em que os bens do ativo imobilizado poderiam ter tido seu valor avaliado a valor de mercado foi o ano-calendário. 2010, por conta do previsto na INTERPRETAÇÃO TÉCNICA ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.